

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS/PR**  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos –**  
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio das Araucárias**  
4 **CEP 80530-915**  
5 **Curitiba - Paraná**

6  
7 **Assembleia Descentralizada do**  
8 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 11/04/2017**

9 Aos onze dias do mês de abril do ano de 2017, às 8h30min, no Escritório Regional da SEDS, à rua General  
10 Carneiro nº 1106, no centro do município de Ponta Grossa-PR, procedeu-se a primeira convocação dos  
11 Conselheiros componentes do **Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS/PR**, convocados  
12 especialmente para essa Assembleia descentralizada, a ser levada a efeito um dia após a **Reunião**  
13 **Ampliada** que ocorreu que ocorreu em 10/04, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Para esse  
14 primeiro evento contou-se com a participação de **339 pessoas**, oriundas de 129 Municípios- (**Tema:**  
15 **Organização das Conferências de Assistência Social 2017).** -**Presenças anotadas- Conselheiros:**  
16 Anamaria Batista (PGE), Gladys Tortato (SEDS), Ricardo Michelli (SEDS), Maria de Lourdes C.P. San  
17 Roman (SEDS), Lindalane Mazza Casas (COHAPAR), Lorena Mylla Gonçalves (COHAPAR – suplente),  
18 Rosane Gonçalves (SEJU), Carmen Cristina Zadra (SEDS), Paula Cristina Calsavara Cunha (SEDS),  
19 Sérgio Francisco Bernardo (Usuário), Vitória Suzana Skizinski (Usuária), Aurora da Aparecida dos Santos  
20 (Usuária), Clecy Aparecida Gricolizardo (APAE), Carla Regina Wingert e Moraes (APAE), Tereziha Corrêa  
21 Maciel (APMIF), Helen Oliveira Silva (APAE), Daniele de March (SINDASP), Carina Suelen de Carvalho  
22 (CRESS- 11º Região) e Simone Cristina Gomes (Sindicato dos Psicólogos do Paraná), totalizando **19**  
23 **Conselheiros**. Abrindo a reunião ordinária, a Conselheira Presidente, M<sup>a</sup> de Lourdes San Roman deu as  
24 boas vindas aos presentes, já deixando um agradecimento efusivo à **chefia Luciana Franco Silvestre** e  
25 equipe do Escritório Regional de Ponta Grossa, pela gentil acolhida e cessão do espaço. Ao mesmo tempo,  
26 saudou a representante da **Procuradoria Geral do Estado Anamaria Batista**, que pela primeira vez  
27 participava de reunião do CEAS/PR na sua função de Conselheira titular. Na sua vez, a **Conselheira Clecy**  
28 **Zardo (APAE)** cumprimentou os presentes, reportando-se ao evento realizado no dia anterior, cujos  
29 objetivos foram plenamente alcançados, garantindo a presença de diversos Escritórios Regionais e  
30 usuários. •**Apreciação da ata da Reunião Ordinária de Março/2017-** atendida a solicitação da  
31 **Conselheira Célia Regina Agner Soares (SEPL)** para a inclusão do seu nome nesse documento referente  
32 a presença da reunião do mês de Fevereiro/2017. **APROVADA A ATA.** •**Informes da Secretaria Executiva**  
33 **e justificativas de ausência:** Dulce Darot/ SEJU, Viviane Aparecida – SETI, Célia Regina Agner –  
34 Planejamento; Liliam Brandalise – SESA; Karem Godoy – SEED; José Araújo da Silva (ASP); Carlos da  
35 Silva (usuários); Cleyton Serafim dos Reis (Usuários). **Ofícios Recebidos:** Ofício 134/2017 – Convite/CPSE  
36 - Evento realizado dia 23 e 24/04 – Curitiba - Assinatura do Termo de Adesão dos 27 municípios referente a  
37 expansão dos Serviços Especializados em Abordagem Social e Acolhimento Institucional p/ pessoas em  
38 situação de rua. Nota Técnica 03/2017 – MDSA/SNAS - Caracterização e reconhecimento pelo SUAS  
39 de atividades e serviços executados por entidades beneficentes assistência social com atuação no Meio Rural.  
40 Ofício 012/2017 - Conselho Permanente de Direitos Humanos - Ofício 25/2017/ MDSA- Encaminha arquivo  
41 digital do relatório de entidades de assistência social certificadas ou com certificação válidas no exercício de  
42 2016; Ofício Circular 004/2017 – CNAS - Consulta sobre a possibilidade de sediar a Reunião Regional do  
43 CNAS – Sul e Sudeste; Ofício 008/2017 - CMAS de Arapongas - Solicita informações sobre inscrições de  
44 entidades p/ a concessão de benefícios; Ofício 0175/217 - SEJU /área do trabalho - Substituição da Marli  
45 pela Rosane como titular; Ofício 001/2017 - CMAS de Primeiro de Maio - Envio de Documentos solicitados;  
46 Ofício 0727/2017 – SESA - Substituição da conselheira Sandra pela Liliam Cristina como titular e a inclusão  
47 da Rubemyr Maria Secco Chaibem como suplente. A **Presidente Maria de Lourdes**, também responsável  
48 pela Superintendência de Assistência Social na SEDS, veio a citar que futuramente o papel do Estado será  
49 mais eficiente na área da Assistência; as entidades devem se adequar às demandas fazendo parte o  
50 reordenamento. Foi relatado que o CEAS/PR recebeu ofício/circular do CNAS, solicitando para sediar a  
51 reunião Sul/Sudeste agendada para junho/2017. A **Conselheira Presidente** Maria de Lourdes deixou  
52 evidente que existem dificuldades de logística. Deixou claro que o CNAS possui recursos para pagar  
53 consultores e os Conselhos Estaduais não tem as mesmas possibilidades. Há necessidade também de  
54 disponibilizar equipe técnica para a Sociedade Civil, melhorando a utilização do IGD ou ter um repasse do  
55 MDS, na proporção que é dada ao CNAS (assessoria). A próxima reunião será em junho, no Rio Grande do  
56 Sul. •**Apreciação da pauta-** Aprovada. Incluir o ofício nº 012/2017 – Conselho Permanente de Direitos  
57 Humanos- COPED- **Aprovada.** •**Informes Gerais**, relato pela conselheira e coordenadora adjunta da  
58 CPSE/SEDS, **Carmen Cristina Zadra:** •**5.1- Panorama da adesão dos municípios aos Serviços de**

59 **Abordagem Social e Acolhimento Institucional para população em situação de rua**  
60 **(CPSE). Valor total:** R\$3.000.000,00 anuais. Foi esclarecido que no evento ocorreu a adesão de 14  
61 Municípios e após duas desistências. Todos os Municípios tiveram demanda de população de rua e o  
62 Estado concluiu que todos necessitam de um anel de proteção. Apesar de existir certa dificuldade no  
63 entendimento, (“se somos pequenos é o Estado que deverá dar suporte”), outros Municípios estão  
64 sinalizando o aceite. Não adiantará efetuar a abordagem, se não existir o serviço de acolhimento. Assim,  
65 mobilizou o entendimento e conta-se com o Conselho nesse processo de sensibilização. ●5.2- III **Seminário**  
66 **das Ações estratégicas do PETI- 06/06/2017- Guarapuava (CPSE).** Foi esclarecido que esse Seminário  
67 será realizada em Guarapuava e será de avaliação congregando 56 Municípios. O Conselho deverá  
68 proceder a indicação de 2 Conselheiros, de forma paritária. Indicação provável da Sociedade Civil, a  
69 conselheira Helen Oliveira Silva (APAE). ●5.3- **Reunião Técnica Centro Dia e Residências inclusivas**  
70 **Municipais e Estadual- Dias 27 e 28/04/2017 (CEPSE).** Para esse evento só se farão presentes com 3  
71 representantes cada, os cinco Municípios que tem os serviços implantados. O protagonista é a Política de  
72 Saúde e o encontro se dará em forma de oficinas. Será feita uma consulta ao **Conselheiro Araújo** para a  
73 sua participação, bem como as **Conselheiras Daniele ou Carla**. Foi comentado que alguns Municípios não  
74 apresentam condições nem para preencher o seu Plano de Ações. Existem saldos de recursos represados e  
75 no presente, outras somas virão. Fica claro que certos Municípios não sabem o que fazer com o dinheiro.  
76 No seu papel, a **Presidente Maria de Lourdes (SEDS)**, disse acreditar que existe mais uma atividade pró-  
77 ativa e os Conselheiros Estaduais devem ter um serviço de e-mail com os Municípios; trata-se apenas de  
78 mais um reforço dado pela gestão. Criar alguns dispositivos com os Conselheiros, se apropriando dessas  
79 realidades. A **técnica Carmen Zadra** é a favor de uma estratégia corpo a corpo ou elaborar um ofício  
80 circular, colocando todas essas deliberações abertas. No mínimo, os Municípios devem fazer o aceite,  
81 depois a execução dar-se-á em até 6 meses, com mais 2 anos para implantação. Material contendo as  
82 informações das Deliberações abertas do CEAS e do CEDCA deverá ser enviado a todos os conselheiros  
83 para ampla divulgação nos municípios. Foi dito pela **Conselheira Simone** (sind. Dos Psicólogos do Paraná)  
84 que em Maringá, já existe o Fórum ativo e essa revisão já é vista. Evidenciou a Presidente Maria de  
85 Lourdes, que o processo de organização precisa ser retomado pelo Fórum. Existem recursos disponíveis e  
86 medidas serão provocadas. A representante da procuradoria Geral do Estado, **Conselheira Anamaria**  
87 **Batista** considerou que os Conselheiros Governamentais são designados sem o devido treinamento. Em  
88 virtude de estar chegando agora, solicitou aos técnicos da SEDS um resumo geral da execução global  
89 dessa Política, para o seu conhecimento. Dando uma atenção especial, a **Presidente** desse Colegiado,  
90 **Conselheira Maria de Lourdes San Roman** comprometeu-se a apresentar os planos já aprovados pelo  
91 CEAS, bem como os relatórios do FEAS. A Secretária Executiva Juliana Muller encaminhará aos  
92 Conselheiros, o Relatório de Atividades e Prestação de Contas do Fundo Estadual de Assistência Social –  
93 FEAS/PR do ano de 2016 ●**Representação da OAB e Cons. Reg. De Psicologia. A SEC Juliana Muller**  
94 **informou** que a Macro de Cascavel fez a indicação de dois nomes: Rodrigo Jeferson Estevan (OAB/  
95 Subseção de Cascavel) e Lizandra Aparecida Oldoni Zanela (CPR) mantendo o princípio da regionalidade,  
96 processos de indicações em trâmite. **5.4- Reprogramação das capacitações do CAD Único e P.B.F.-**  
97 **Conselheira Gladys.** Ocorreu o encontro sobre Sistemas, porém o material ainda não está concluído. As  
98 capacitações serão iniciadas a partir de junho. **5.5- Território da Juventude de Tupãssi:** A Coordenadora  
99 da CPSB/SEDS e conselheira governamental, Gladys Tortato, relatou que o município de Tupãssi formalizou  
100 a desistência da construção do Território da Juventude, através do ofício nº 074/2017 de 15/03/2017. O  
101 Termo de Ajuste não foi assinado e não há no momento, outro município na fila para a implantação do  
102 referido serviço. Sugere-se a revogação da Deliberação nº 083/2013 – CEAS/PR, que aprovou a  
103 construção do Território da Juventude no município. Foi ponderado pela **técnica e conselheira Paula**  
104 **Cristina Calsavara Cunha (SEDS)**, se o valor disponibilizado for repassado para outro Município, o valor  
105 orçado hoje já será outro, sendo assim, é prudente aguardar o valor realocado sem aporte- **Aprovada** a  
106 desistência do Município, mediante deliberação do conselho. **5.6- Encontro Nacional Intersetorial do CAD**  
107 **único e PBF- Paraná 2017 (CPSB).** Em reunião intersectorial realizada em Brasília nos dias 03 a 06 de abril  
108 deste, os Coordenadores Estaduais do CAD Único e PBF acordaram junto aos Ministérios (MDSA, MEC,  
109 MS) pela data de 30, 31 de maio a 01 de junho, tendo em vista as demais agendas nacionais e regionais, os  
110 quais envolvem as equipes estaduais das áreas intervenientes. ●**Informes Gerais- Programa Família**  
111 **Paranaense (UTFPF)-** No seu relato, a **técnica e conselheira Paula Cristina Calsavara Cunha (SEDS)**,  
112 informou dados sobre a ocorrência das capacitações, iniciadas em fevereiro em 9 macrorregionais. Até o  
113 final de maio, um público de 1.200 pessoas será capacitado, conforme a programação das agendas. Em  
114 parceria com a Emater, está sendo levado avante o Projeto do Agricultor Familiar. (20 Coordenadores da  
115 Emater e mais de 100 extensionistas). ●**6- Prorrogação de prazo Incentivo I- Município de Ipiranga e**  
116 **Incentivo II- Município de Marilândia do Sul.** O município de Ipiranga, solicitou em 2016 prorrogação de

117 prazo para uso do saldo (R\$ 18 mil). Tal pedido foi aprovado pelo Conselho Estadual de  
118 Assistência Social, por meio da Deliberação 65/2016 que estabeleceu o prazo até o mês de abril/2017. O  
119 Mesmo havia desenvolvido como proposta de trabalho o desenvolvimento de cursos profissionalizantes não  
120 estando alinhado ao Plano de Trabalho elaborado (PAIF e SCFV), e com as atividades previstas na  
121 Tipificação Nacional de Serviços relacionadas à política de Assistência Social. O município foi orientado a  
122 reinvestir o recurso nas ações previstas no Plano no período aprovado pela Deliberação mencionada. No  
123 momento, o município envia ofício nº 31/2017, fls 145, solicitando a prorrogação de prazo até  
124 dezembro/2017, justificando que não houve execução do recurso pela gestão anterior e que estão em  
125 processo de reorganização dos Comitês Local e Municipal do Programa, bem como, das atividades  
126 ofertadas às famílias. Informam que está previsto o pagamento de lanches para o desenvolvimento dessas  
127 atividades com saldo. Conforme procedimentos já adotados por este Conselho, a Unidade Técnica solicita a  
128 prorrogação do prazo até o mês de junho do corrente, para finalização do uso do recurso e apresentação da  
129 prestação de contas final pelo município. Informamos ainda, que o município foi comunicado pelo Escritório  
130 Regional de Ponta Grossa quanto ao prazo final (junho/17) estabelecido pelo CEAS e que o mesmo foi  
131 favorável a esta prorrogação. **PARECER DO CEAS: Aprovado a prorrogação até o mês de Junho-2017**  
132 **(prazo limite estabelecido)**. Foi colocado que no Município de Ipiranga (Regional de Ponta Grossa) com o  
133 saldo dos recursos, estão sendo repassados lanches para as famílias. Existe uma pactuação no CEAS, que  
134 determina a utilização dos recursos até junho/2017, depois disso retomará para o FEAS. O Município  
135 pleiteou a extensão desse prazo até dezembro/2017 e a SEDS já fez o comunicado dessa impossibilidade,  
136 para não abrir precedentes. A **técnica Luciana Franco Silvestre**, (chefe do Escritório Regional de Ponta  
137 Grossa) esclareceu que esse Município tem graves problemas de gestão. Atualmente, com novo Gestor,  
138 muitas situações precisam ser mudadas frente à enorme vulnerabilidade social que o Município enfrenta. -  
139 **Prorrogação de prazo Incentivo II - Município de Marilândia do Sul**. O município de Marilândia do Sul,  
140 solicitou em 2016 prorrogação de prazo para uso do saldo (R\$ 1.800 reais), até o mês de março de 2017, tal  
141 pleito foi aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, por meio da Deliberação 78/2016. O  
142 mesmo envia ofício 76/2017, fls 89, solicitando novamente prorrogação de prazo visando aquisição de  
143 alarme, insulfim, rádio e gasolina, para o veículo adquirido com o recurso do incentivo II, justificando que o  
144 setor de compras e licitação está com alta demanda de trabalho devido a alteração da gestão municipal. Tal  
145 solicitação foi aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, por meio da Resolução 05/17, fls 90.  
146 O Escritório Regional de Apucarana, fls 92, informa que o veículo está alocado no Centro de Referência de  
147 Assistência Social do município e que este atende o público referenciado, ofertando suas ações,  
148 encaminhamentos para a rede de serviços, campanhas, entre outras atividades, sendo favorável a  
149 solicitação do município. Deste modo, a Unidade Técnica solicita ao CEAS a prorrogação do prazo até o  
150 mês de junho do corrente, conforme procedimentos já adotados por este Conselho, para finalização do uso  
151 do recurso e apresentação da prestação de contas final pelo município. Remetemos ao protocolado para  
152 deliberação. **PARECER DO CEAS: Aprovado a prorrogação até o mês de Junho-2017**. Com o saldo do  
153 recurso, foi adquirido um veículo que encontra-se no CRAS, em acompanhamento às famílias. A solicitação  
154 é de prorrogação até junho. A **Presidente Maria de Lourdes** avaliou ser necessário haver um efetivo  
155 acompanhamento por parte dos Escritórios Regionais, muitos não tem equipe para dar conta de uma  
156 grande extensão territorial. A **técnica Gladys Tortato** (SEDS) comentou que quando os Escritórios ligam  
157 para as Prefeituras, alguns gestores não aceitam as determinações e fazem ameaças, ignorando as normas  
158 das Políticas Públicas. Segundo a **Conselheira Simone C. Gomes** (CRP), uma das últimas coisas que  
159 ainda são respeitadas, são as reuniões das Associações de Municípios. Lembrou a **Presidente Maria de**  
160 **Lourdes San Roman** que nesta data está sendo realizado o Encontro do COGEMAS em Cascavel, com  
161 mais de 200 Municípios presentes. Identificar junto aos Escritórios Regionais, quais os Municípios que não  
162 aceitam consultoria. Dando a sua contribuição, **Luciana** (Chefe do Esc. Reg. De Ponta Grossa) esclareceu  
163 que tem dificuldades com vários Municípios; procura-se fazer um acompanhamento e em alguns, não se  
164 obtém resultados. Assim, aprimorar a legislação e ver como se terá efetividade. Mostrar oficialmente quando  
165 existem os erros e algumas vezes até o MP é acionado. A **Presidente Maria de Lourdes** apontou que nas  
166 reuniões do CEAS e da CIB, é firme a presença do MP que tem atuado. Os Escritórios Regionais precisam  
167 notificar pois apesar de ser Lei, não existe sanção, talvez por não ter orçamento vinculado. Segundo, a  
168 **Conselheira Simone** avaliou que no dia anterior, discutiu-se a obrigatoriedade da realização das  
169 Conferências; atrelar que, os Municípios que não cumprirem essa determinação, sofrerão bloqueio de  
170 recurso. Seguindo, a **Conselheira Presidente Maria de Lourdes** interpretou que essas medidas vem a  
171 prejudicar diretamente os usuários, assim é preciso pensar em notificar. Lembrou que no ano passado, a  
172 empresa contratada para a Conferência, rompeu o contrato às vésperas do evento e o que salvou foi a  
173 Resolução do CNAS, falando da obrigatoriedade. Enviar proposta verificando os passos para essa  
174 articulação. Fazendo a sua contribuição, a **Conselheira Lindalane Mazza Casas (COHAPAR)** esclareceu:

175 foi positivado que 80% dos Prefeitos são novos e a maioria é leiga- mas preocupa muito  
176 mais cortar recursos do que não realizar uma Conferência. Pensar em algo bem lúdico e prático. • **Item 7-**  
177 **Preenchimento do Relatório do Plano de Ação PPAS. O Prazo inicial para o preenchimento dos**  
178 **planos de ações do PPAS I ao IV era até o dia 31/03/2017.** Porém, alguns municípios não finalizaram os  
179 procedimentos, em razão disso, sugere-se a prorrogação do prazo até o dia 31/05/2017 para a reabertura  
180 do Sistema Fundo a Fundo – SIFF. Os municípios que não aprovarem até essa data limite terão os repasses  
181 suspensos até que aprovem o instrumento. Os repasses serão retomados no mês subsequente à aprovação  
182 do Plano de Ação 2017 no SIFF, e não serão retroativos aos meses suspensos. **PARECER DO CEAS:**  
183 **Aprovado. A Conselheira Carina Suelen de Carvalho (CRESS- 11° região)** apontou que não são todos  
184 os Escritórios Regionais que vão aos Municípios. Já a **Conselheira Vice-Presidente Clecy Zardo (APAE)**  
185 garantiu que recebe todas as comunicações e agendas, além de viajar junto. Deixou evidente a  
186 **Conselheira Simone Cristina Gomes (CRP)** que alguns Escritórios Regionais funcionam e outros não.  
187 Assim, é preciso que a SEDS estreite mais a relação com os mesmos. De acordo com a técnica Gladys  
188 Tortato, essa é uma preocupação da Secretária Fernanda Richa: A SEDS precisa alcançar uma maior  
189 proximidade! Mesmo assim, a **técnica Carmen Zadra (SEDS)** afirmou que as equipes regionais tem  
190 autonomia para atuar. Pedindo a palavra, a **técnica Vandete Arcoverde Silva, do Esc. Reg. De Ponta**  
191 **Grossa** avaliou que técnicos precisam ter conhecimento e perfil! É um grande papel de gestão. A NOB 2012  
192 tem normas para atender os Municípios fragilizados. Existem Escritórios Regionais compostos apenas por  
193 uma pessoa, que se obriga a atender 20 frentes, é necessário pois repensar o papel e a infraestrutura.  
194 Abrindo um espaço, o **Coordenador Ricardo Michelli**, lembrou que a SEDS congrega cinco Políticas  
195 Públicas dentro da Secretaria. A dificuldade é do Município, são várias interfaces sendo necessário ter  
196 ponderação. Na sequência do debate, a **Conselheira Carina (CRESS)** questionou qual o papel do Esc.  
197 Reg, que não seja o de executar e que é necessário sim, aprimorar a comunicação. Ter apropriação,  
198 ponderou a **Presidente Maria de Lourdes**. Nesse a conselheira **Anamaria Batista (PGE)**, propôs repensar  
199 os critérios de repasse, com equipes minimamente qualificadas, já que o problema é de gestão. • **Item 8-**  
200 **Requisição do MP/PR e Tribunal de Justiça aos trabalhadores do SUAS, para a realização de estudos**  
201 **e pareceres sociais.** A SEC Juliana Muller, apresentou a síntese do processo do FOREAS de Ivaiporã com  
202 relação a requisição do Tribunal de Justiça e do MP aos trabalhadores do SUAS dos municípios para a  
203 realização de serviços especializados como estudos e pareceres sociais. A **Presidente Maria de Lourdes**  
204 (SEDS), propôs que se encaminhe o processo a partir de agora- atualizar o Código de Ética. Presente na  
205 plenária como ouvinte, a **Sra. Ozni (A.S. De Marechal Cândido Rondon)** declarou que presta serviços na  
206 Prefeitura Municipal há 30 anos e elabora processos para as três instâncias. Registrou já ter atendido  
207 diversas demandas do Fórum e o próprio Juiz encaminha para a Assist. Social referenciada, solicitando  
208 parecer conclusivo. Na sequência, a **Secretária Executiva Juliana Muller** relatou que em Dez/2013, a  
209 Secretária/ SEDS encaminhou o referido ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça/PR e ao Procurador  
210 Geral de Justiça/MP-PR – solicitando colaboração para que sejam adotadas providências p/ sanar as  
211 dificuldades ressaltadas. Onde no ofício de resposta os mesmos apresentam as seguintes argumentações: -  
212 na Lei Federal nº 8662/930, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social não há regras que ressalvem  
213 a aplicação das leis citadas; Código de ética dos Assistentes Sociais e dos Psicólogos estão em uma  
214 posição inferior aos atos normativos do MP; Limites orçamentários do MP/PR para manutenção das equipes  
215 aos 399 municípios; Enquanto a estruturação das equipes do Poder Judiciário do PR forem insuficientes, o  
216 poder de requisição deverá ser dirigido aos integrantes do SUAS. A **Conselheira Simone Cristina Gomes**  
217 **(CRP)** colocou que cada vez mais se recebe reclamações de ter que fazer escutas qualificadas com  
218 ameaças. Atento às colocações, o técnico **Juliano Del Gobo** (do Escritório Regional de Ponta Grossa)  
219 relatou que a sua Regional congrega 18 Municípios e sempre se deparam com essas situações, vistas por  
220 eles como vigilância sócio-assistencial. Pensar que as equipes do Judiciário são incompletas, isso pode ser  
221 um indicativo. Trazer os Municípios para discutir as problemáticas para pensar em futuros  
222 encaminhamentos. Seria imperativo tomar conhecimento, sobre os impactos negativos trazidos para os  
223 serviços de assistência, quando se atende essas demandas e planejar as orientações a serem disparadas  
224 para todos os Estados, para o MDSA e CNJ. A **Presidente Maria de Lourdes San Roman** solicitou para  
225 enviar por escrito essa sugestão, objetivando iniciar um trabalho junto aos outros escritório regionais/  
226 municípios. Foi solicitado também, que a referida pesquisa realizada pela SEC fosse encaminhada aos  
227 conselheiros. • **Item 9- Protocolo nº 13.981.396-0- CMAS de Primeiro de Maio. Documentos**  
228 **apresentados, enfatizando que de forma gradativa o CMAS está realizando todas as alterações**  
229 **necessárias para o seu adequado funcionamento:** Lei de Criação do CMAS de 1995, alterada em 2010 e  
230 2011; Decreto atual do mandato – ok/ observado que a CMAS irá realizar a eleição da sociedade civil na  
231 próxima conferência municipal de assistência social; Cópia das atas das três últimas reuniões; Regimento  
232 Interno aprovado em 1995; Informações sobre a utilização do FMAS, FEAS os recursos disponíveis;

233 Designação da SEC; Sugere-se o envio das informações sobre o saldo acumulado em  
234 conta dos recursos financeiros repassados pelo FEAS à Comissão de Financiamento e Gerenciamento do  
235 Fundo p/ análise. Para posterior envio de orientação ao CMAS e resposta ao MP/ PR – Comarca de  
236 Primeiro de Maio/2017 em resposta ao ofício nº 039/2017 de 02/12/2017. **Parecer do CEAS: Aprovado.**  
237 **•Item 10- Ofício do CMAS de Arapongas- O CMAS de Arapongas-PR encaminhou ofício solicitando**  
238 **orientações com relação as inscrições de entidades para a concessão de benefícios (descontos) em**  
239 **tarifas públicas.** Envio de ofício ao CMAS de Arapongas orientando que o referido procedimento é  
240 realizado no Escritório Regional de Referência, através do preenchimento do cadastro “Sistema de  
241 Informações de Entidades Sociais – IES”. E que cabe somente ao CMAS viabilizar a inscrição das entidades  
242 ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios  
243 socioassistenciais para regular e atestar o funcionamento dos mesmos. Documento este que é solicitado a  
244 entidade durante o preenchimento do Sistema de Informações de Entidades Sociais – IES”. Quando  
245 ocorrerem casos onde as entidades forem de atuação na área da saúde ou educação, o procedimento é o  
246 mesmo. As entidades devem ser encaminhadas ao ER, porém apresentarão a Lei de Utilidade Pública  
247 Estadual. **Parecer da CEAS: Aprovado. - Item 11 - Ofício 001/2017 – CMAS de Cantagalo-PR -O**  
248 **CMAS de Cantagalo – PR encaminhou resposta ao ofício 008/2017 do CEAS/PR, referente ao não**  
249 **preenchimento do Censo SUAS 2016, justificando, que no período de vigência para o preenchimento, o**  
250 **CMAS não possuía Secretária Executiva que era contratada (cargo de confiança) da gestão anterior. Eles**  
251 **ressaltam, que a atual gestão está aguardando passar o período de moratória (03 meses) que foi decretada**  
252 **devido as dividas advindas da gestão passada para a realização da contratação da secretária executiva**  
253 **através do concurso vigente. Sugere-se, o envio da referida informação a Coordenação de Conselhos do**  
254 **CNAS, conforme solicitação dos mesmos e a verificação da situação do CMAS de Cantagalo junto ao ER de**  
255 **Guarapuava (retornar na próxima reunião). Parecer do CEAS: Aprovado. •Item 12 - Processo de**  
256 **orientação aos municípios para criação das Leis Municipais do SUAS (Sociedade Civil).** -Foi  
257 informado pela Conselheira Presidente, que já foram empreendidas duas tentativas de se criar a Lei  
258 Estadual do SUAS e a PGE considerou negativo. Agora o Estado está com outras estratégias, leis  
259 específicas. Após a discussão, foi solicitado que o referido assunto seja pautado novamente na próxima  
260 reunião para ampliação das discussões. **•Item 13- Participação no FONACEAS.** A Conselheira **Carla**  
261 **Regina de Moraes (APAE)** fez a narrativa de que 19 Estados e Distrito Federal se fizeram presentes nesse  
262 evento. O Paraná e Tocantis não possuem o Fórum de Usuários. Nas Conferências, a participação desse  
263 segmento possibilita o acesso às discussões. A nível de Brasil, percebe-se pois os usuários e trabalhadores  
264 bem articulados, o que não acontece com as entidades, essas não participavam das mesa para se ter a  
265 fala. O número de palestras foi excessivo, prejudicando assim os debates. A reunião realizada em Maceió  
266 foi bem articulada, realizadas em locais próximos. Foi comunicado pelo Coordenador Ricardo Michelli, que a  
267 Deputada Rosinha fez uma prestação de contas do BPC na Câmara Federal. **• Item 14 - Participação no**  
268 **Fórum Nacional dos Usuários do SUAS- FNSUAS-** O evento foi cancelado e reagendado para o dia  
269 18/04, porém o CEAS/PR não foi comunicado, assim o conselheiro Cleyton Serafim dos Reis foi para São  
270 Paulo e acabou participando de outros eventos afins. Para o encontro do dia 18/04, ficou decidido pela  
271 participação dele e/ ou da conselheira Aurora da Aparecida dos Santos como segunda opção. **•Item 15-**  
272 **Relato- Participação na Reunião Descentralizada e Trimestral do CNAS- A Presidente Maria de**  
273 **Lourdes** exaltou a participação da conselheira da sociedade civil, Dona Aurora, relatando alguns detalhes  
274 do evento importantes p/ a realização da Organização das Conferências. Enfatizou alguns problemas, tais  
275 como: O Estado de Sta. Catarina está sem Conselho até junho e estado do Sergipe enfrenta sérias  
276 denúncias. Bastante comentado o fato de que em S. Paulo, uma Assoc. De Funcionários Públicos do  
277 Estado não conseguiu assumir uma cadeira no segmento dos trabalhadores. Muito debatida a mudança dos  
278 gestores e a necessidade de se proceder os alinhamentos com os usuários. **•Avaliação da Reunião**  
279 **Ampliada** •339 participantes 84 avaliações preenchidas. Para a próxima reunião será apresentado o  
280 número de Município e Regionais. Pediu a palavra a **Conselheira Simone (CRP)** informando que algumas  
281 pessoas comentaram a falta de palestras alusivas a cada eixo. **Reclamação.** O Programa Família  
282 Paranaense acaba aparecendo em todas as pautas da SEDS e não apareceu o Criança Feliz. Segundo a  
283 **técnica Gladys Tortato**, o Programa Criança Feliz, a nível nacional, está saindo da pauta. A **Presidente**  
284 **Maria de Lourdes** revelou que somente o Ceará e o Paraná é que procederam o cancelamento. Na  
285 próxima semana haverá uma capacitação em Brasília, para depois sair uma vídeo-conferência. Sabe-se que  
286 o Ministro cancelou a vinda ao Paraná e sendo assim, aguardam-se as notícias de Brasília. Enquanto isso,  
287 os Municípios poderão falar diretamente com o governo Federal. Recebeu-se a equipe do CNAS, com quem  
288 deveriam sentar as representações das áreas da Assist. Social- Justiça- Cultura- Educação e Saúde.  
289 Questionou-se a intersetorialidade do Programa e devido a essas fragilidades, resolveu-se cancelar o  
290 Criança Feliz. Foi solicitado à **Técnica Luciana** (chefia do E. Reg. De Ponta Grossa), que escrevesse a

291 respeito de um Eixo da Conferência Estadual. Optou-se por realizar a reunião Ampliada  
292 agora, dando o mínimo de orientações sobre as Conferências. Pedindo a palavra, a **Conselheira Simone**  
293 **(CRP)** referiu-se à postura do Coordenador e palestrante da SEDS, **Ricardo Michelli** que no dia anterior  
294 dirigiu-se aos participantes da Reunião descentralizada e ampliada. Baseando-se em algumas reclamações,  
295 a Conselheira considerou inadequada a postura do Conselheiro Governamental, ao responder a algumas  
296 perguntas da plenária. A **Conselheira Daniele de March** lembrou que o participantes e professor **Adrianis**  
297 (da UEPG), ao colocar o seu protesto, recebeu os aplausos do plenário. Voltou a **Conselheira Simone**,  
298 demonstrando que o objetivo de quem lá estava, era justamente responder tantas vezes quantas forem  
299 necessárias, até as mais simples das perguntas, sem nenhum enfado. Por outro lado, a **Conselheira**  
300 **Carine** interpretou que a Sociedade Civil precisa ser mais participativa, sendo inclusive inteiramente  
301 informada acerca das mudanças que ocorrem. Segundo a **Conselheira Daniele** a questão de mudar essa  
302 reunião para ½ período, foi de total desconhecimento do Segmento não governamental. A reunião ordinária  
303 do CEAS/PR poderia ter ocorrido no dia anterior. Visando esclarecer, a **Presidente Maria de Lourdes**  
304 informou que até a realização da Conferência, alguns itens poderão ser alterados. Numa análise franca, a  
305 **Presidente** apontou que o **Coordenador Ricardo Michelli** possui uma maneira franca de se expressar e  
306 nem por isso isenta do conteúdo técnico, necessário para o assunto abordado. Infelizmente existem  
307 diferenças- uma clara tolerância para as outras pessoas, que não acontece para com o representante  
308 governamental. Ao finalizar, **Ricardo Michelli** apresentou a minuta da Deliberação do CEAS/PR contendo  
309 distribuição de vagas dos delegados municipais para a XII Conferência Estadual de Assistência Social.  
310 **Aprovado.** Ricardo expôs também de forma clara a proposta para a divisão das vagas para a Conferência  
311 Nacional: 90 delegados:- 12 vagas de representação estadual, sendo 06 vagas para representantes  
312 governamentais que representam o governo do estado e 06 para representantes da sociedade civil que  
313 compoem o CEAS. 78 vagas de representantes da esfera municipal, sendo: 39 delegados dos governos  
314 municipais, 13 delegados representantes de trabalhadores do SUAS, 13 delegados representantes de  
315 usuários da política de assistência social e 13 representantes de entidades de assistência social. A  
316 conselheira **Daniele de March (SINDASP)**, solicitou vistas das vagas dos delegados do estado para a  
317 Conferência Nacional de Assistência Social. **•Encaminhamento:** Na próxima reunião, os conselheiros da  
318 sociedade civil apresentarão uma nova proposta da distribuição de delegados para a Nacional, assim o  
319 conselheiro Ricardo Michelli (SEDS), solicitou que essa proposta fosse apresentada com a memória de  
320 cálculo. A ouvinte e técnica, **Ozney Royer** (município de Marechal Cândido Rondon) lembrou que 80% dos  
321 municípios estão com nova gestão. É preciso orientar que as questões da Conferência devem ser  
322 publicadas em Diário Oficial; compartilhou ter repassado um resumo dessas orientações para a Secretária  
323 Municipal. Assim, a Presidente **Maria de Lourdes San Roman** sugeriu a elaboração de um passo a passo  
324 aos municípios. **•Ofício do Conselho Permanente de Direitos Humanos do COPED** de Direito Humanos,  
325 questionando se existe previsão legal que garanta a participação de jovens no colegiado (15 a 29 anos). A  
326 maioria dos Conselheiros respondeu que as reuniões são abertas, divulgadas e que já existem jovens no  
327 CEAS/PR participando como conselheiros. Já finalizando a reunião, a **Conselheira Clecy G. Zardo (APAE)**  
328 ponderou que nas colocações em público, deve-se sempre evitar que as palavras sejam ventiladas de forma  
329 intempestiva, fazendo com que o real objetivo às vezes seja desvirtuado. Parabenizou o **técnico Ricardo**  
330 **Michelli (SEDS)**, considerando que a sua apresentação foi perfeita. A presente ata foi redigida pela  
331 servidora Regina Amasiles R. Costa (SEDS), digitada por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva  
332 Juliana Muller. Esse documento após aprovado, receberá a assinatura dos Conselheiros e será inserido no  
333 site do CEAS/PR- Publicação em Diário oficial.